



Mapeamento do processo de evolução urbana do Complexo da Maré, Rio de Janeiro

Lucivaldo Dias Bastos^a  e
Patricia Regina Chaves Drach^b 

^a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: ldiasbastos@gmail.com

^b Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: patricia.drach@gmail.com

Submetido em 13 de novembro de 2023. Aceito em 20 de fevereiro de 2024.
<https://doi.org/10.47235/rmu.v12i1.336>

Resumo. O Complexo da Maré, localizado na cidade do Rio de Janeiro, ocupa uma estreita faixa de terra limitada por duas importantes rodovias, a Avenida Brasil e a Linha Vermelha. O Morro do Timbau, sua primeira comunidade, recebeu as primeiras construções por volta de 1940. As palafitas podem ser apontadas como sistema de moradia primário na região, dada a possibilidade de “criar terra” em um panorama de escassez de espaço para novas moradias. A configuração territorial atual incorpora sucessivos e sistemáticos processos de aterramento. O aterramento nas regiões de palafitas foi inicialmente realizado por moradores e posteriormente se deu por intervenção do poder público. Este processo promoveu o estreitamento do braço de mar que separava a Ilha do Fundão do continente. Este artigo apresenta o mapeamento da forma urbana, envolvendo uma complexidade de ações e atores. O dinamismo no processo de evolução urbana fez com que as 15 comunidades que hoje compõem o Complexo da Maré possuam características territoriais distintas entre si, estampando uma diversidade e riqueza de configurações espaciais dentro de uma mesma extensão territorial.

Palavras-chave. favelas, Complexo da Maré, evolução urbana, morfologia urbana.

Introdução

A ação do ser humano e os processos decorrentes de sua organização social têm gerado alterações no meio ambiente, em especial no meio urbano. O indivíduo é quem constrói a cidade, sempre criando novas paisagens, num processo dinâmico. As novas formas que as cidades adquirem resultam das intenções humanas e suas relações com o meio físico, ou seja, a natureza. O estudo da morfologia urbana envolve não apenas a observação e análise do espaço físico relacionado à forma urbana, mas também os processos e os atores que delinearão aquela região (Rego e Meneguetti, 2011). Os estudos morfológicos contribuem não apenas para o entendimento da forma característica de um lugar, seja ele uma paisagem, um bairro, ou uma cidade, mas inclui a análise da sua origem

e as transformações ocorridas ao longo do tempo. Assim, tempo e espaço, bem como os atores e ações aparecem envolvidos nesta análise.

Como afirma Moudon (2015) os estudiosos da morfologia urbana analisam as transformações da cidade percorrendo as etapas que envolvem desde seu assentamento até suas subseqüentes alterações, permitindo que seus múltiplos elementos possam ser identificados e detalhados. Moudon (1997) coloca que os pesquisadores ligados à morfologia urbana possuem um olhar atento voltado para as questões sociais, econômicas e políticas. Nesta análise parece fundamental envolver as manifestações que permeiam o mundo das ideias e das intenções uma vez que estas são fatores capazes de moldar as cidades.

Sendo o espaço urbano, em grande parte, palco resultante da ação de diferentes agentes e atores urbanos, Aponte Motta (2018) aponta que estas ações incorporam os conflitos intrínsecos à própria produção capitalista do espaço urbano envolvendo, portanto, as desigualdades presentes no sistema. O autor fala, ainda, da capacidade da produção capitalista de articular interesses para requalificar o uso do solo sujeito, ou disponibilizado, a urbanização, seguindo seus interesses na produção de parcelas da cidade. A cidade resulta da acumulação e da integração de muitas ações individuais, de pequenos grupos ou integradas – ações determinadas por tradições culturais e moldadas por forças sociais e económicas desenvolvidas ao longo do tempo (Moudon, 2015). Os vários agentes urbanos, sejam eles empresários, trabalhadores, moradores (proprietários ou não), empresas, bem como o Estado, atuam no espaço da cidade produzindo formas urbanas que explicitam os interesses atuantes nas escolhas e resultados observados (Aponte Motta, 2018).

Este artigo decorre de uma pesquisa maior que tem como objeto de estudo o Complexo da Maré. O conteúdo apresentado aqui é a parte inicial do processo de compreensão espacial e histórica das 15 comunidades que hoje formam este complexo de favelas. O objetivo deste artigo é mapear o processo histórico da evolução urbana do conjunto de favelas que compõem o Complexo da Maré, destacando seu surgimento, crescimento e consolidação. Embora o Complexo da Maré tenha sido bastante abordado em textos e imagens, havia escassez de dados cartográficos detalhados, especialmente dos primeiros períodos de sua formação. Cabe apontar a quase ausência de estudos morfológicos em áreas de favela, o que motivou o desenvolvimento desta cartografia. Para a construção da cartografia foi adotada uma abordagem regressiva, iniciando com bases cadastrais, mapas e imagens atuais. Os dados compilados incluem informações obtidas a partir da base cadastral recente fornecida pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, mapas antigos do Museu da Maré, textos históricos, revistas e jornais antigos, plantas cadastrais do Observatório de Favelas, o Guia de Ruas da Maré da ONG Redes da Maré e um relatório sobre a história dos bairros da Maré coordenado por Vaz

(1994). O objetivo é apresentar o processo de transformação sob o viés histórico em mapas, compreendendo o crescimento do conjunto de favelas e identificando diferenças entre suas ocupações, contextos e agentes envolvidos.

Quanto à representação da evolução urbana do Complexo da Maré, é importante apontar que, no Brasil, as áreas informais enfrentam desafios significativos na obtenção e reprodução de informações cartográficas. Isso resulta em uma escassez de análises morfológicas nessas regiões, dificultando estudos de várias naturezas. Segundo Sancho Mir, Agustín Hernández e Llopis Verdú (2017), a cartografia é uma fonte primordial de informações sobre a evolução da forma urbana, sendo a cartografia historiográfica especialmente confiável para esses estudos. Vale ressaltar que, antes de 1940, o território onde hoje se localiza o Complexo da Maré não existia, tornando-se posteriormente uma parte integral e inseparável da cidade do Rio de Janeiro.

Desenvolvimento

A pesquisa que resultou neste trabalho foi desenvolvida em duas etapas. A primeira delas aborda o tema favela, expõe sua conceituação inicial de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Guimarães, 1953); trata da dinâmica do processo de desenvolvimento das favelas no Rio de Janeiro, e apresenta o Complexo da Maré com dados gerais sobre sua origem e sua composição atual.

A segunda etapa detalha o processo de surgimento, evolução e consolidação deste complexo de favelas, envolvendo um trabalho minucioso com o levantamento, organização e associação de imagens e mapas antigos, cadastrais e dados históricos. A partir da análise do material levantado foi possível elaborar mapas capazes de indicar o nascimento de cada uma das comunidades do Complexo da Maré. Diante da ausência de um mapeamento do processo evolutivo do Complexo da Maré, a cartografia produzida neste trabalho torna possível observar a singularidade morfológica da região, o processo de extinção do mangue e da faixa de água existente.

Caracterização da favela brasileira segundo o IBGE

Até a metade do século XX, as favelas eram um fenômeno quase que exclusivo da cidade do Rio de Janeiro. O levantamento cadastral do Recenseamento de 1920 apontou o surgimento do primeiro aglomerado típico na circunscrição da Gamboa, região do centro do Rio de Janeiro. O Morro da Favella, hoje chamado Morro da Providência, contava, segundo o documento, com 839 domicílios e 6 casas de negócios (Guimarães, 1953). Apesar deste recenseamento apontar o primeiro aglomerado típico de uma favela, somente em 1948 foi realizado o primeiro Censo sobre favelas – e somente no Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil.

Em 1950, o IBGE incluiu as favelas na contagem de população, tendo como estudo de caso específico o Distrito Federal. Em 1953, o IBGE publicou o primeiro estudo sobre a realidade das favelas cariocas: o Documento Censitário intitulado “As Favelas do Distrito Federal”; porém, nesse momento os levantamentos quantitativos eram desiguais do ponto de vista geográfico, o que dificultava o entendimento do panorama geral (Pasternak e D’Ottaviano, 2016). O documento indica, também, que esta denominação não surgiu a partir de uma diferença da tipologia, na época semelhante a outras regiões, mas sim em relação ao “conjunto de condições que caracterizaram, entre estas, notadamente, o aspecto típico de seu agrupamento desordenado e denso” (IBGE, 1953).

A conceituação do IBGE (Guimarães, 1953) para favelas não envolvia a tipologia, e sim grupo de moradias que atendessem ao menos a duas características de uma lista que envolvia:

Proporções mínimas – agrupamentos prediais ou residenciais formados com número geralmente superior a cinquenta; Tipo de habitação – predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente com folha de flandres, chapas zincadas ou materiais similares; Condição jurídica da ocupação – construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida; Melhoramentos públicos – ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada; Urbanização – área não

urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento (Pasternak e D’Ottaviano, 2016).

Essa classificação de 1953 se encontra hoje bem distante de representar alguma caracterização de favela. A partir dela, os conjuntos habitacionais em áreas pobres acabaram excluídos da categoria apesar de sua localização e do nível de necessidades e renda de sua população.

No Censo 1991, o IBGE passou a adotar o conceito de aglomerado subnormal, um conceito bastante genérico, uma vez que buscava envolver toda uma diversidade de assentamentos irregulares existentes no país (Pasternak e D’Ottaviano, 2016). O chamado aglomerado subnormal abarcava uma gama de formas de assentamentos que incluía favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros.

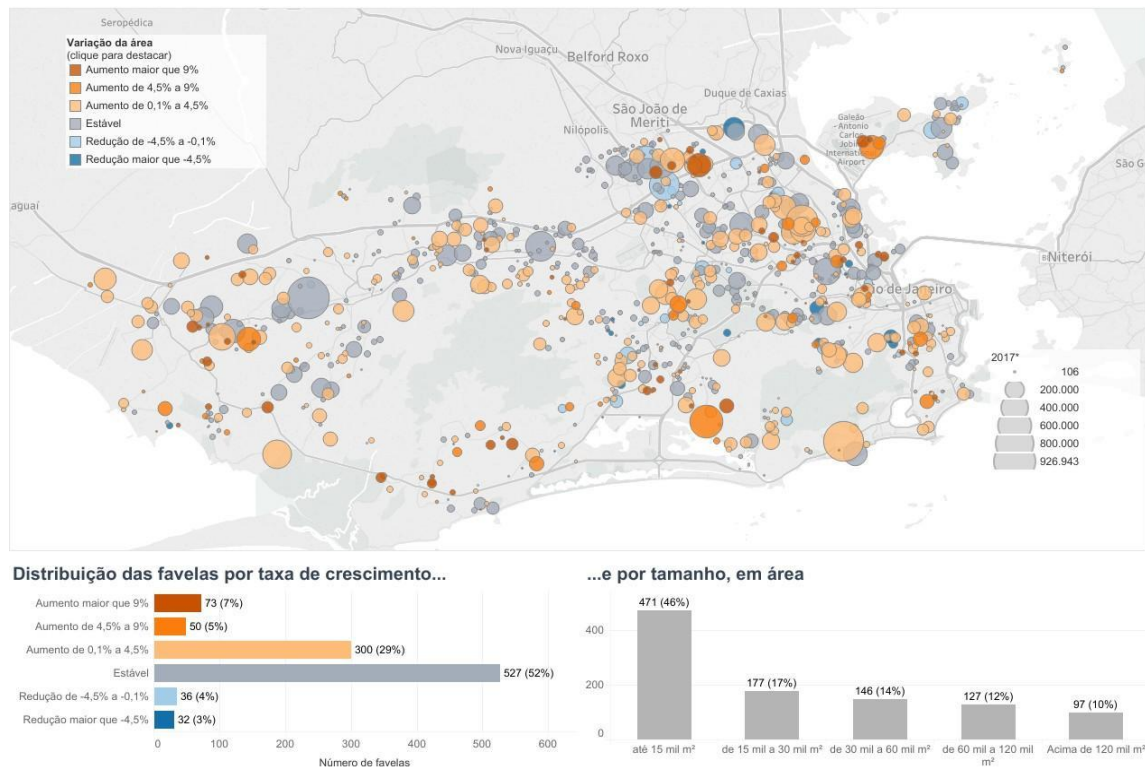
O Censo 2010 apresentou uma definição de aglomerado subnormal que envolveu o número de unidades, a questão da ausência ou precariedade dos serviços públicos (IBGE, 2010). Nesta caracterização estão ainda presentes os aspectos relacionados à posse da terra e à disposição no espaço físico, desta forma esses aglomerados subnormais estariam em “terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa” (IBGE, 2010).

A Cidade do Rio de Janeiro

O padrão de urbanização baseado na combinação entre industrialização e baixos salários mostrou-se absolutamente excludente e indutor de altas taxas de informalidade (Maricato, 1996). Esta ação sistemática propicia cenários excludentes nas cidades e faz com que as periferias das cidades se tornem a única opção para população mais pobre. A esta população excluída só resta, portanto, ocupar as regiões descartadas da cidade, que muitas vezes estão sujeitas a riscos ambientais por se tratar de áreas ambientalmente sensíveis (Moretti, 2013). A carência de estudos sobre o mercado informal de habitação indica que sequer é avaliada sua relevância na produção do espaço das cidades contemporâneas (Maricato, 1996, 2000a, 2000b).

Em 2017, foi divulgado o “Raio-x da expansão das favelas do Rio” pelo Instituto Pereira Passos (IPP), apontando que as favelas na cidade do Rio de Janeiro voltaram a se expandir, após anos sucessivos de redução. O estudo apontou que de 2012 a 2016 as áreas de

expansão tanto em percentual quanto em números absolutos ocorreu na Zona Oeste onde ficam seis das dez favelas que mais cresceram. O mapa com as variações espaciais das áreas de favelas da cidade do Rio de Janeiro é apresentado na Figura 1.



favelas aumentaram em 0,31%. A maior

Figura 1. Infomapa e infográficos sobre as favelas cariocas. (fonte: Adaptado de infograficos.oglobo.globo.com/rio/raio-x-da-expansao-das-favelas-do-rio.html - 2023).

A partir do mapa da Figura 1 observa-se que cada contorno colorido representa a localização de uma favela e que sua dimensão é proporcional à área observada. A cor define se o território ocupado pela favela sofreu expansão (tons de laranja) ou apresentou uma redução (tons de azul) entre os anos de 2013 e 2017.

Retrocedendo um pouco no tempo, é possível entender melhor o processo de surgimento das primeiras favelas na cidade do Rio de Janeiro e consequentemente no Brasil. Até meados do século XIX, as residências dos pobres não escravizados no Rio de Janeiro eram os cortiços. Ainda no período Imperial, no final do século XIX, e no início do século XX, já com a reforma urbana na cidade comandada pelo engenheiro e prefeito do Distrito Federal de 1902 a 1906, Francisco Pereira Passos,

parte dos cortiços foi removida sem que fosse oferecida uma alternativa de moradia à população desprovida de recursos. Os cortiços eram naquele momento considerados focos de infecções sanitárias e grandes propagadores de todo tipo de “maus exemplos” sociais. A intensa política para sua erradicação teve início ainda durante o Império e foi intensificada a partir da Proclamação da República, utilizando um discurso higienista, que atribuía às camadas populares uma periculosidade social (Gonçalves, 2013).

Este foi o contexto do surgimento e consolidação das favelas no Rio de Janeiro, que fez com que elas se afirmassem como a principal alternativa de moradia para a população pobre e desprovida de interesse por parte do poder público ao longo do século XX (Cardoso, 2003).

Abreu (1997) aponta que no período de 1930-1950 a cidade do Rio de Janeiro vivenciou um grande crescimento populacional como resultado, principalmente, do aumento do fluxo migratório em direção a Capital da República. Sua população quase duplicou. Vários fatores contribuíram para este crescimento demográfico, principalmente o crescimento industrial da cidade. O crescimento industrial abriu novas frentes de trabalho, gerando empregos para migrantes. Apesar do investimento estatal em infraestrutura básica e na melhoria dos transportes, como forma de suporte à industrialização crescente da região, houve a proliferação das favelas por toda a cidade.

A partir dos anos 1930 as indústrias começaram a se deslocar para os subúrbios, favorecidas pela criação de infraestrutura, como por exemplo, as linhas de trem. Acompanhando o deslocamento das indústrias, o subúrbio também se direcionou para as áreas servidas pelas novas linhas de trem. Somente a partir da década de 1930 o Estado passou a intervir no processo de localização do parque industrial com um decreto definindo uma zona industrial na cidade. O Decreto 6.000/37 excluía da zona industrial os bairros que tinham uma tradição fabril (Gávea, Jardim Botânico e Laranjeiras), todos na Zona Sul da cidade, e incluía grande parte da Zona Norte, além da faixa ferroviária que levava à Central do Brasil (Abreu, 1997).

Para Abreu (1997) a Avenida Brasil, inaugurada em 1946, é o melhor exemplo da associação Estado-Indústria nesse período. Construída sobre aterro, orla da baía, o novo eixo rodoviário objetivava não só deslocar a parte inicial das antigas rodovias Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo para áreas menos congestionadas, como pretendia também incorporar novos terrenos ao tecido urbano, visando a sua ocupação pelas novas indústrias da região. Entretanto, outro tipo de ocupação do solo veio a se implantar ali, concorrendo com a indústria: as favelas.

A invasão da nova avenida pelas favelas não deve ser vista como um fato excepcional. A localização de favelas nas proximidades das áreas industriais já era uma regra bastante comum, sendo que, em alguns casos, como a Jacarezinho, era mesmo um dos fatores determinantes da localização de algumas indústrias, que buscavam mão-de-obra farta, barata e espacialmente concentrada (Abreu, 1997, p. 103).

A década de 1940 foi o período de maior proliferação das favelas na cidade do Rio de Janeiro. O Censo de 1948 revelou a preferência ou tentativa desta população em residir nas proximidades de seu local de trabalho, uma vez que 77% dos favelados do Centro e 79% da Zona Sul trabalhavam na própria zona residencial, percentual que diminuiu para 58% quando se tratava dos moradores da Zona Norte ou dos Subúrbios. A Zona Sul ainda concentrava muitas favelas tendo em vista que ofertava postos de trabalho na construção civil e serviços domésticos. Cabe ressaltar que as favelas da Zona Sul surgiram com o processo de valorização do solo tendo em vista os investimentos estatais nesta área para possibilitar a expansão da cidade para esta região.

A partir dos anos 1950 indústrias remanescentes foram retiradas do centro. Entretanto, o que distingue o crescimento industrial da cidade nessa época é a ocupação efetiva de um novo eixo de expansão fabril, recentemente implantado pelo Estado na Avenida Brasil.

Na década de 1960 o crescimento populacional das favelas do Rio de Janeiro continuou intenso, porém esse crescimento aconteceu de maneira diferenciada ao longo da cidade. Enquanto o Centro e a Zona do Méier registraram taxas de crescimento abaixo de 50%, a Zona Sul e a Tijuca registraram acréscimos de 51% a 100%. Foi, entretanto, nas Zonas Suburbanas que o crescimento da população favelada ocorreu com maior intensidade, atingindo índices superiores a 150% na zona da Leopoldina, e a 200% na de Madureira como pode ser observado na Figura 2.

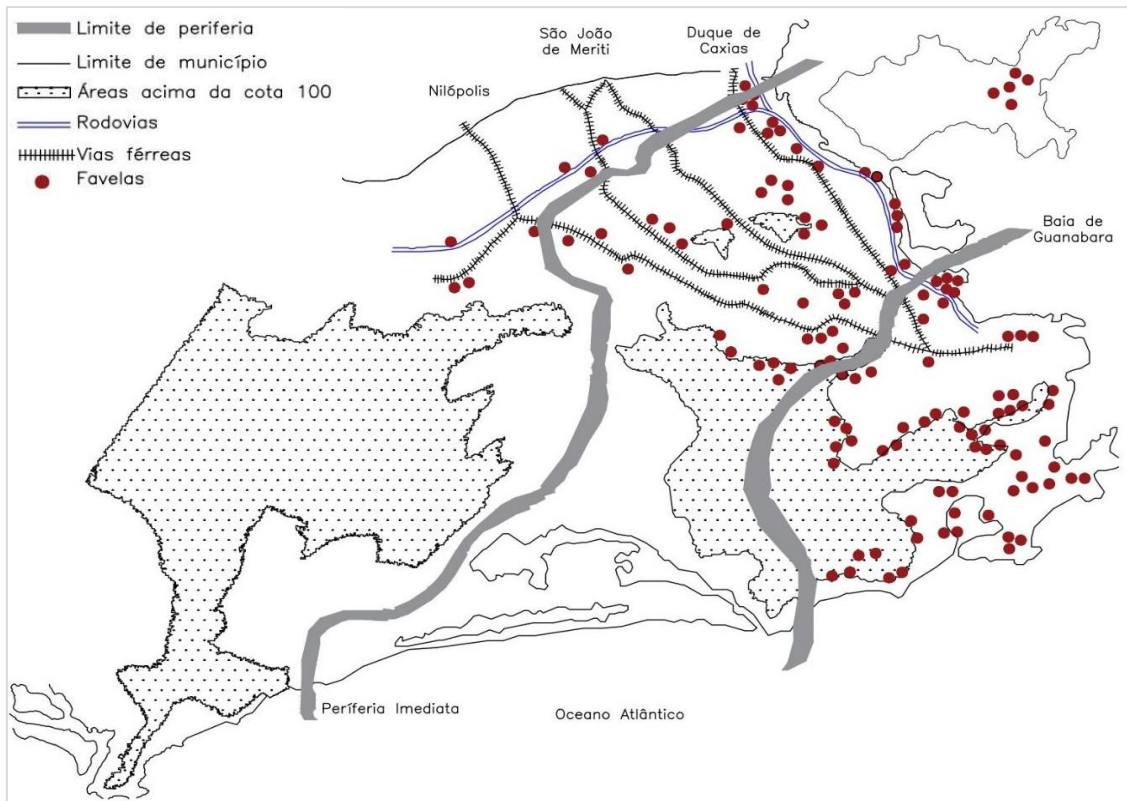


Figura 2. Mapa da distribuição espacial das favelas do Rio de Janeiro em 1960 (fonte: adaptado de Abreu - 1997).

No período de 1948-1960, a grande maioria das favelas surgidas na cidade do Rio de Janeiro se localizava nas proximidades da Avenida Brasil (distrito da Penha). Em 1960, estavam nesta região 33% das favelas e 52% dos favelados, exemplificando claramente o processo já aludido de ocupação dessa nova área – que estava destinada ao uso industrial – pelo uso residencial favelado (Abreu, 1997). Nas décadas seguintes as favelas passaram por diferentes processos de aceitação e enfrentamento, mas acabaram se firmando como a principal alternativa de moradia para a população mais pobre.

O Complexo da Maré

O mercado imobiliário no Brasil atende apenas a 30% da população, enquanto o restante precisa criar seus espaços e conseguir permanecer na borda perto dos serviços e possibilidade de trabalho, ocupando as

periferias em morros ou bordas das cidades por todo o país; aí a autoconstrução se tornou uma força de trabalho gratuito (Oliveira, 2006; Maricato, 2017). Foi nesse processo de criação de espaços de moradia que nasceu o Complexo da Maré.

O território chamado Complexo da Maré (Figura 3) foi consolidado entre a década de 1940 e o início dos anos 2000, a partir da organização e iniciativa dos moradores ou por programas habitacionais promovidos pelo poder público. Atualmente ele é configurado por três vias importantes; duas delas são limitantes do território e outra o atravessa transversalmente: a Avenida Brasil (em azul), a rodovia Presidente João Goulart, popularmente conhecida como Linha Vermelha (em vermelho) e a Linha Amarela (em amarelo), respectivamente.



Figura 3. Localização e configuração do Conjunto de Favelas da Maré. 01 - Morro do Timbau, 02 - Baixa do Sapateiro, 03 - Parque Maré, 04 - Parque Rubens Vaz, 05 - Parque Roquete Pinto, 06 - Parque União, 07 - Nova Holanda, 08 - Praia de Ramos, 09 - Conjunto Esperança, 10 - Vila do João, 11 - Vila dos Pinheiros, 12 - Conjunto Pinheiros, 13 - Conjunto Bento Ribeiro Dantas, 14 - Nova Maré e 15 - Novo Pinheiros (fonte: adaptado de Google Earth 2021).

Foram 60 anos desde o seu surgimento até a sua consolidação com a implantação da última comunidade. Os números contidos na Figura 3 representam a ordem de surgimento de cada comunidade: 01 - Morro do Timbau (1940), 02 - Baixa do Sapateiro (1947), 03 - Parque Maré (1953), 04 - Parque Rubens Vaz (1954), 05 - Parque Roquete Pinto (1955), 06 - Parque União (1961), 07 - Nova Holanda (1962), 08 - Praia de Ramos (1962), 09 - Conjunto Esperança (1982), 10 - Vila do João (1982), 11 - Vila dos Pinheiros (1983), 12 - Conjunto Pinheiros (1989), 13 - Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1992), 14 - Nova Maré (1996) e 15 - Novo Pinheiros (2000), esta última conhecida como Salsa e Merengue.

A Figura 3 mostra as 15 comunidades do Complexo da Maré, que originalmente era composto por 16 comunidades. Esta alteração aconteceu em 1994 quando o Complexo da Maré foi transformado em Bairro pela Lei Municipal nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994, passando a se chamar Bairro Maré. O motivo para exclusão de uma comunidade

(Comunidade Marcílio Dias) foi por conta de descontinuidade territorial, uma vez que esta ficava a 2.300 m de distância da comunidade Praia de Ramos (número 08 no mapa da Figura 3). Para os moradores esta comunidade faz parte do Complexo da Maré, porém na lei que criou o Bairro Maré ela não está incluída. Nesta pesquisa serão consideradas apenas as comunidades que compõem o Bairro Maré, popularmente conhecido como Complexo da Maré ou Conjunto de Comunidades da Maré ou ainda Complexo de Favelas da Maré. As comunidades que formam o Complexo da Maré reúnem uma população de 139.073 moradores, abrigadas em 38.273 domicílios (Censo Maré, 2019). Trata-se do maior complexo carioca de favelas, onde a imagem das palafitas construídas sobre o mangue representa o início de seu processo de formação. A Figura 4 mostra uma área da Baixa do Sapateiro com essa tipologia construtiva no início de seu surgimento em 1947.



Figura 4. Trecho da Comunidade Baixa do Sapateiro mostrando as palafitas do início de seu surgimento (fonte: adaptado de Museu da Maré).

Evolução Urbana do Complexo Da Maré

Para um melhor entendimento do processo de surgimento, evolução e consolidação do Complexo da Maré foram desenvolvidos mapas (figuras 5, 6, 7, 9 e 10) que representam as etapas de implantação das diferentes comunidades. Esses mapas mostram a evolução urbana da região e ajudam a entender a morfologia de seu tecido urbano, proporcionando uma melhor compreensão das diferenças entre as comunidades. Na representação das comunidades buscou-se destacar o núcleo inicial de cada uma delas (linha em preto mais escuro) e a sua configuração atual (linha em vermelho) de forma a ajudar na compreensão do ponto de nascimento e expansão de cada uma delas.

O território do Complexo da Maré foi construído em uma região originalmente pantanosa, com vários mangues sendo aterrados, inicialmente pelos moradores e, posteriormente, por ações governamentais – um processo de transformação de um ambiente totalmente natural em uma região predominantemente artificial.

Em 1940 surgiu a primeira comunidade – o Morro do Timbau (Figura 5 – mapa 1), porém, foi com a implantação da Avenida Brasil inaugurada em 1946 (Figura 5 – mapa 2) que o processo de ocupação se intensificou. A forma sinuosa dos caminhos desta comunidade é explicada pela topografia, embora em alguns trechos apareçam vias retas, produto da ação governamental e da instalação de uma base militar nas proximidades. O primeiro mapa da Figura 5 representa além do surgimento do Morro do Timbau e seus primeiros caminhos (vias), a configuração espacial da região onde se desenvolveu o Complexo da Maré. Pelo mapa observa-se o limite do continente em terra firme, as áreas aterradas, a grande faixa de mangue, e extensa faixa de água da baía de Guanabara, que posteriormente viria a se tornar o Canal do Fundão. Além dos aspectos econômicos e viários que a construção da Avenida Brasil proporcionou, ela configurou o primeiro limite do Complexo da Maré (mapa 2 da Figura 5).

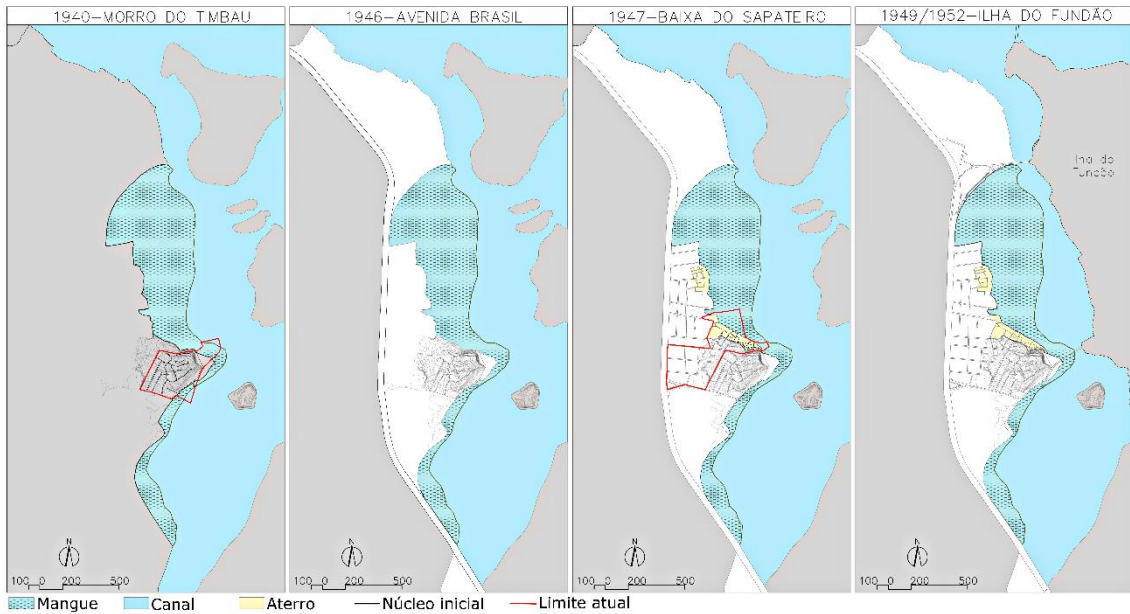


Figura 5. Evolução Urbana do Complexo da Maré. Mapa 1: Morro do Timbau; mapa 2: Avenida Brasil; mapa 3: Baixada do Sapateiro; mapa 4: Ilha do Fundão (fonte: elaborada pelos autores).

A segunda comunidade na região foi a comunidade Baixa do Sapateiro (Figura 5 – mapa 3), que nasceu como uma extensão do Morro do Timbau sobre o mangue. Pelo mapa 3 da Figura 5 é possível observar os primeiros aterros, realizados por aqueles que ali se instalavam. O núcleo inicial desta comunidade também apresenta o traçado orgânico como característica dos seus primeiros caminhos, inicialmente feitos sobre pontes de madeira sobre o mangue,

posteriormente aterrado. O aterramento do Arquipélago do Fundão, criando a Ilha do Fundão (Figura 5 – mapa 4) e a construção da cidade universitária, fez com que esta região se tornasse ainda mais atrativa, uma vez que muitos dos que trabalhavam nestes projetos passaram a se instalar na região, implicando em questões populacionais e ambientais. Analisando o último mapa da Figura 5 é possível observar a redução do espelho d'água existente, criando o Canal do Fundão.

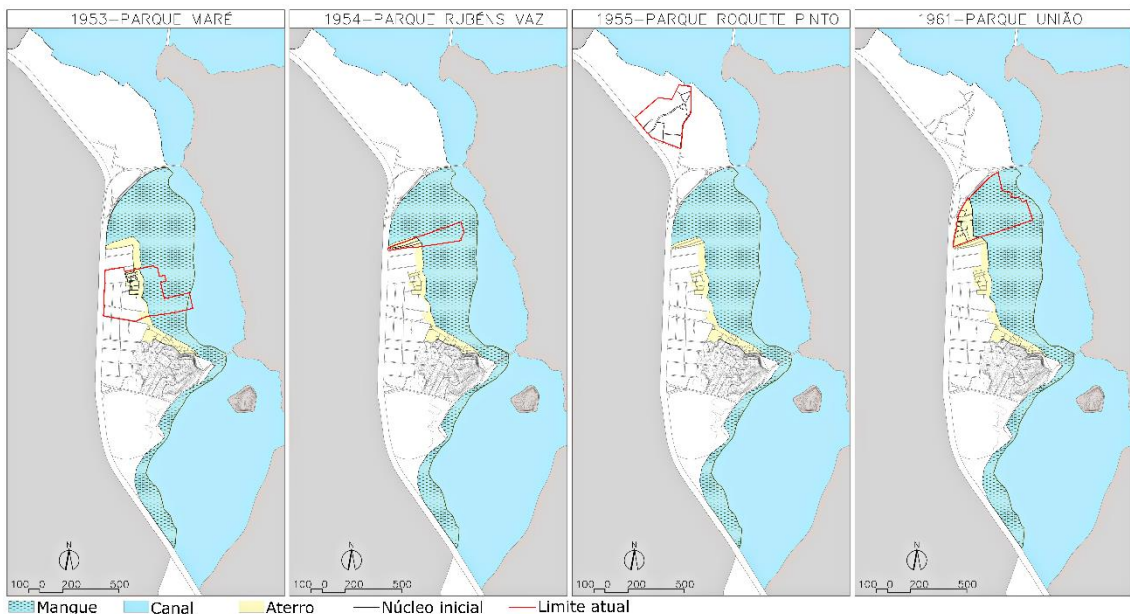


Figura 6. Evolução Urbana do Complexo da Maré. Mapa 1 Parque Maré; mapa 2: Parque Rubéns Vaz; mapa 3: Parque Roquete Pinto; mapa 4: Parque União (fonte: elaborada pelos autores).

Nos anos 1950 e 1960 os processos de aterramento do mangue continuaram e outras comunidades foram surgindo, inicialmente sobre palafitas e depois nos aterros feitos pelos próprios moradores. A Figura 6 mostra a sequência das comunidades surgidas neste período.

A primeira delas foi a comunidade Parque Maré (Figura 6 – mapa 1) em 1953. Em 1954 implantou-se o Parque Rubéns Vaz (Figura 6 – mapa 2) e em 1955 surgiu o Parque Roquete Pinto (Figura 6 – mapa 3), seguido da comunidade Parque União em 1961 (Figura 6 – mapa 4). Com exceção da comunidade Parque Roquete Pinto, as outras 3 seguiram o mesmo processo de nascimento da Baixa do Sapateiro (palafitas e aterros), onde o traçado desordenado se manteve como característica morfológica. Observando os mapas da Figura 6 é possível notar o avanço dos aterros sobre o mangue, com destaque para a região da comunidade Parque União, que cobriu área considerável do mangue.

Ainda na década de 1960 surgiram duas outras comunidades, porém de forma diferente de todas as anteriores ou se seja, pela ação governamental. As comunidades Nova Holanda e Praia de Ramos (Figura 7 – mapa 1 e 2) foram criadas como Centros de Habitação Provisória (CHP), na gestão do governo Carlos Lacerda, no contexto das “políticas higienistas”. Por estas políticas, moradores de outras favelas eram trazidos para esses centros para adquirir “hábitos” (limpeza, higiene, convivência) considerados mais apropriados pelo governo. Para as autoridades governamentais os favelados eram considerados pessoas “não civilizadas” e deveriam passar um período nestes centros antes de serem alojados em locais de moradia definitiva. O mapa 1 da Figura 7 mostra a primeira fase de implantação do centro Nova Holanda sobre a área aterrada do mangue, enquanto o Centro de Habitação Provisória Praia de Ramos foi implantado em uma área de terra firme como mostra o mapa 2 da Figura 7.

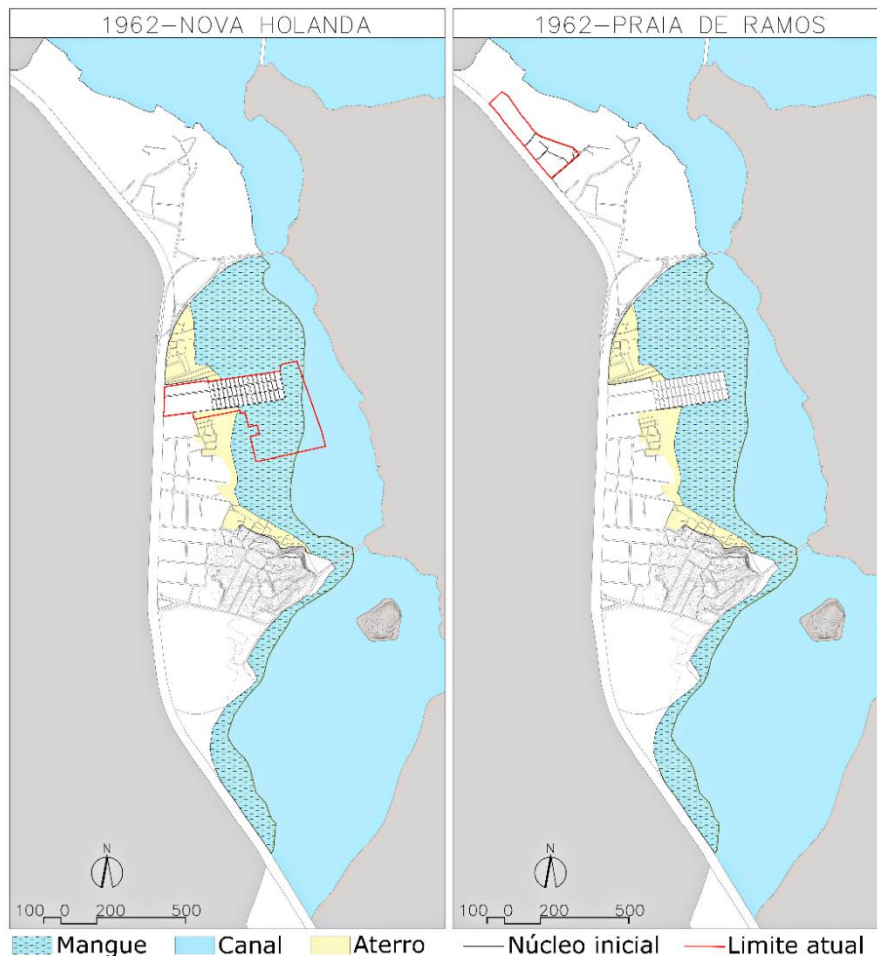


Figura 7. Evolução Urbana do Complexo da Maré. Mapa 1: Nova Holanda; mapa 2: Praia de Ramos (fonte: elaborada pelos autores).

Outra característica importante sobre a Comunidade Nova Holanda diz respeito à sua morfologia. Por ter sido implantada por ação governamental, ela foi criada com as mesmas características da cidade formal da época, com traçado em grid, ruas padronizadas e quadras, porém com estruturas e feições de caráter temporário, uma vez que os moradores seriam futuramente transferidos. Nas comunidades anteriores os aterros foram feitos de forma gradual e lenta pelos próprios moradores, mas, no caso da Nova Holanda, isso ocorreu de forma rápida, eliminando uma boa área de mangue. As residências da Nova Holanda eram uniformes e distribuídas em lotes de cinco metros de largura e dez metros de comprimento. Foram construídas em madeira e obedeciam a dois modelos: casas baixas e casas de dois andares, conhecidas como duplex” (Redes da Maré; Observatório de Favelas, 2014. Figura 8).

Pode-se observar que a comunidade Nova Holanda se diferenciou em muitos aspectos



Figura 8. Tipologia habitacional de um pavimento presente no Centro de habitação Provisória Nova Holanda na época de sua implantação (fonte: Museu da Maré).

das outras comunidades surgidas até então no Complexo da Maré, tanto pela maneira como ela foi implantada, pelo seu traçado (malha ortogonal), e também pelas unidades habitacionais. Nova Holanda foi a última comunidade desse processo contínuo de evolução do Complexo da Maré. Na década seguinte nenhuma comunidade foi implantada, porém as ações posteriormente realizadas na área representaram modificações expressivas.

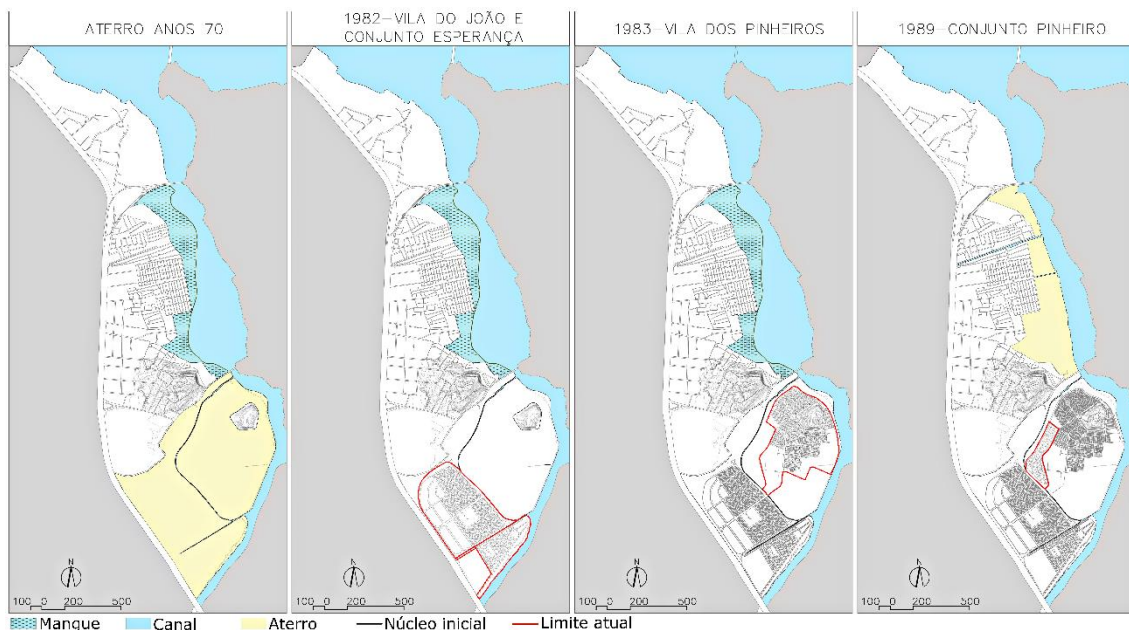


Figura 9. Evolução Urbana do Complexo da Maré. Mapa 1: Aterro anos 70; mapa 2: Vila do João e Conjunto Esperança; mapa 3: Vila dos Pinheiros; mapa 4: Conjunto Pinheiros (fonte: elaborada pelos autores).

Ao longo dos anos 1970 não se implantou nenhuma nova comunidade, porém, no final desta década, um grande projeto de aterramento (Projeto Rio – 1979) modificou drasticamente os limites existentes (Figura 9 – mapa 1). O Projeto Rio tinha como objetivo criar espaços para abrigar populações de baixa renda em conjuntos habitacionais. Em 1982

nasceram a Vila do João e o Conjunto Esperança (Figura 9 – mapa 2). A Vila do João surgiu na área anteriormente ocupada pelo aeroporto de Mangueiros, com a construção de 1400 casas do tipo embrião que serviriam para alojar moradores das palafitas da comunidade Baixa do Sapateiro e do Parque da Maré (Figura 5 – mapa 3 e Figura 6 – mapa

1). A Vila do Pinheiros foi fundada em 1983 (Figura 9 – mapa 3) e o Conjunto Pinheiro em 1989 (Figura 9 – mapa 4), ambos destinados a conjuntos habitacionais. Do ponto de vista formal, estas comunidades seguiram as mesmas diretrizes da comunidade Nova Holanda (traçado em grid, ruas padronizadas e quadras), porém sem nenhum caráter temporário de moradia.

Nos anos 1990 outras comunidades foram introduzidas no território já consolidado. Em 1992 foi implantado o Conjunto Bento Ribeiro Dantas (Figura 10 – mapa 1) e em 1996 a Comunidade Nova Maré (Figura 10 – mapa 2). Essas duas comunidades se distanciam morfológicamente do que já existia no Complexo da Maré, uma vez que elas têm a quadra aberta.

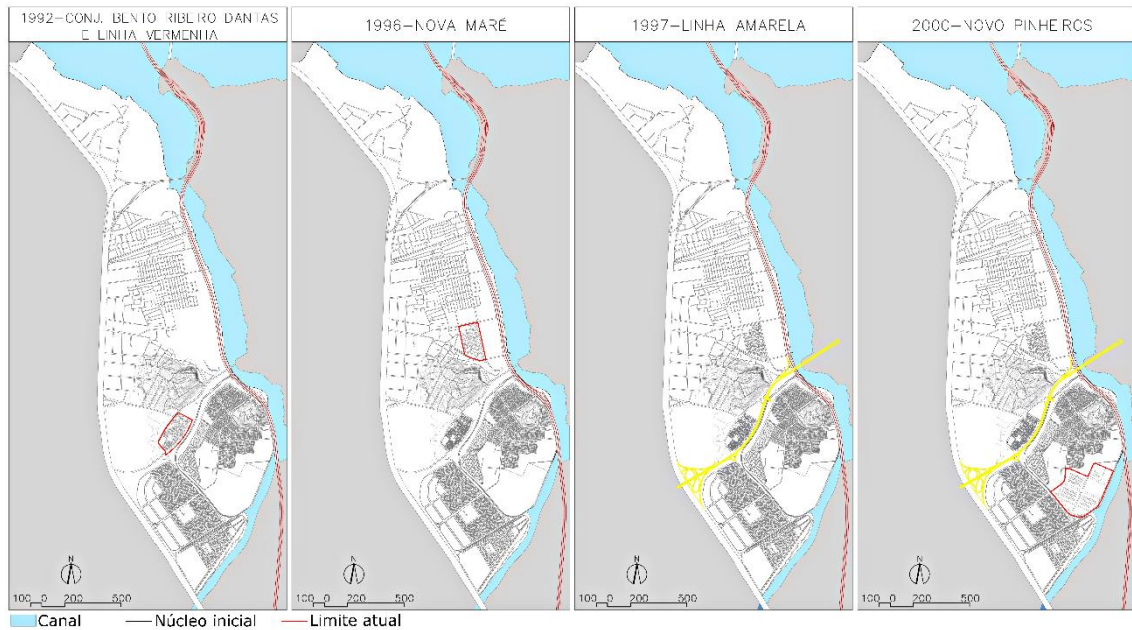


Figura 10. Evolução Urbana do Complexo da Maré. Mapa 1: Conjunto Bento Ribeiro Dantas e Linha Vermelha, mapa 2: Nova Maré, mapa 3: Linha Amarela, mapa 4: Novo Pinheiros (fonte: elaborada pelos autores).

Além dessas novas comunidade implantadas por ação governamental, duas importantes estruturas viárias foram construídas na cidade e passaram a compor a paisagem territorial da Maré: a Linha vermelha (Figura 10 – mapa 1) que liga a Zona Norte à Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, inaugurada em 1992; e a Linha Amarela (Figura 10 – mapa 3), inaugurada em 1997, ligando a Zona Norte à Barra da Tijuca. Analisando os mapas da Figura 10 é possível observar um novo limite do Complexo da Maré. Este limite ou barreira diz respeito à Linha Vermelha, que passou a percorrer extenso perímetro do território. Neste momento é possível observar que este território tem duas zonas limítrofes: Avenida Brasil (que estabeleceu o primeiro limite) e a Linha Vermelha. Pode-se dizer que a Maré foi encaixada entre duas das três vias com o maior

fluxo de veículos da cidade (Avenida Brasil e Linha Vermelha).

A última comunidade implantada ao Conjunto de Favelas da Maré foi o Conjunto Novo Pinheiros ou Salsa e Merengue, no ano 2000 (Figura 10 – mapa 4), com as mesmas diretrizes morfológicas das últimas comunidades implantadas (exceto as comunidades Bento Ribeiro Dantas e Nova maré). Atualmente o Complexo da Maré continua seu processo de transformação, mas dentro de um território consolidado. A Figura 11 apresenta um mapa síntese com todas as comunidades, a cronologia de seus surgimentos, a sua localização espacial no território, bem como as duas vias que o limitam (Avenida Brasil e Linha Vermelha).

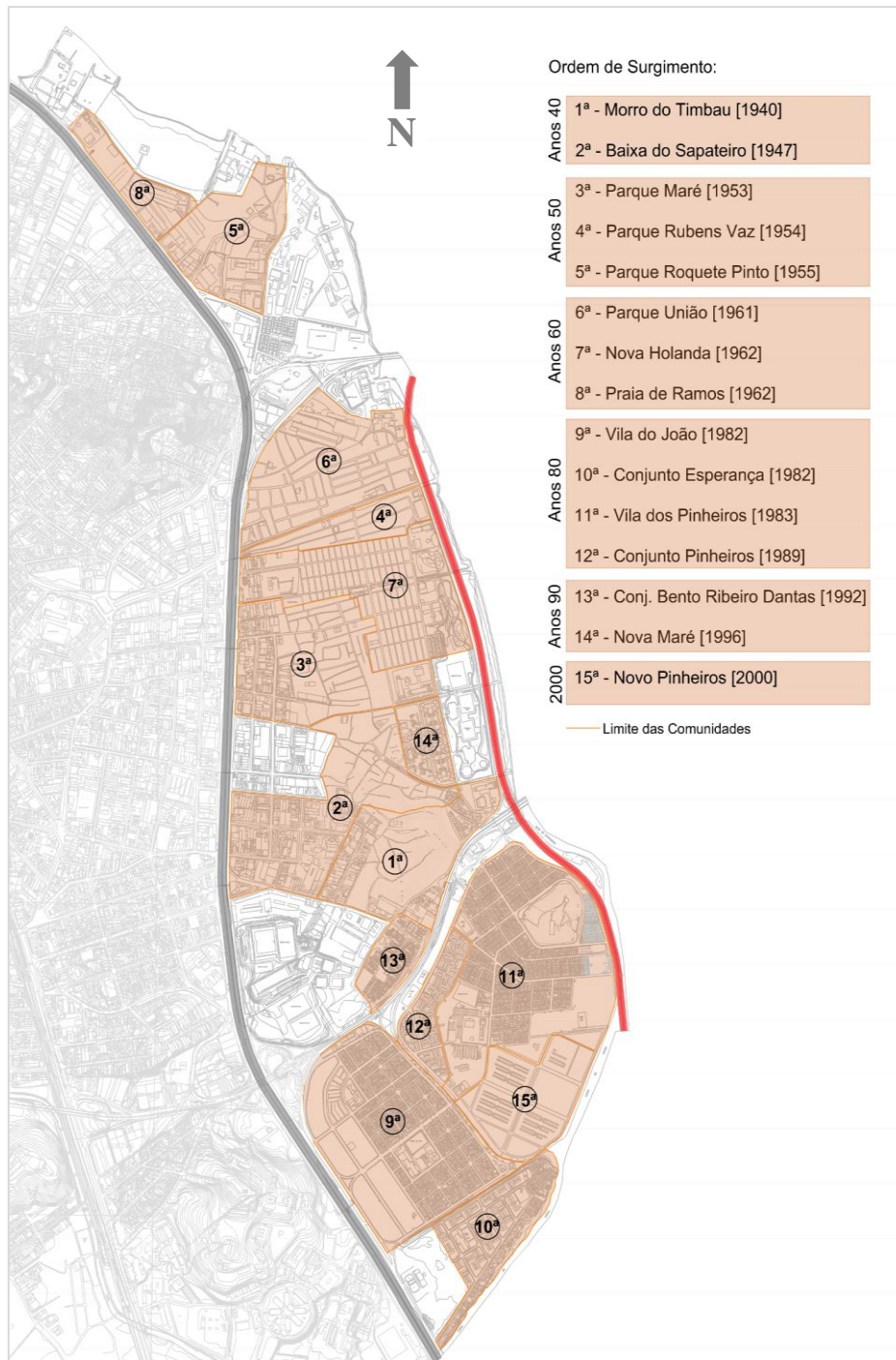


Figura 11. Evolução Urbana do Complexo da Maré (fonte: elaborada pelos autores).

Para além do processo de formação e os limites externos que configuraram o Complexo da Maré, foi possível observar uma questão territorial interna: a fragmentação. Foram identificadas três áreas distintas (Figura 12) que neste estudo foram denominadas Núcleos. O mapa representado na Figura 12 revela que o território, embora se apresente como uma entidade coesa, em certa medida exibe uma fragmentação interna, ligada ao seu processo de formação. A

descontinuidade territorial foi acentuada por duas vias que atravessaram transversalmente o território (Figura 12): a Avenida Brigadeiro Trompowski, que liga o continente à Ilha da Cidade Universitária, e a Linha Amarela. Essas vias fizeram parte do processo de crescimento da cidade do Rio de Janeiro. O entendimento da conformação desses Núcleos contribui ainda mais para a compreensão da diversidade existente neste Complexo.

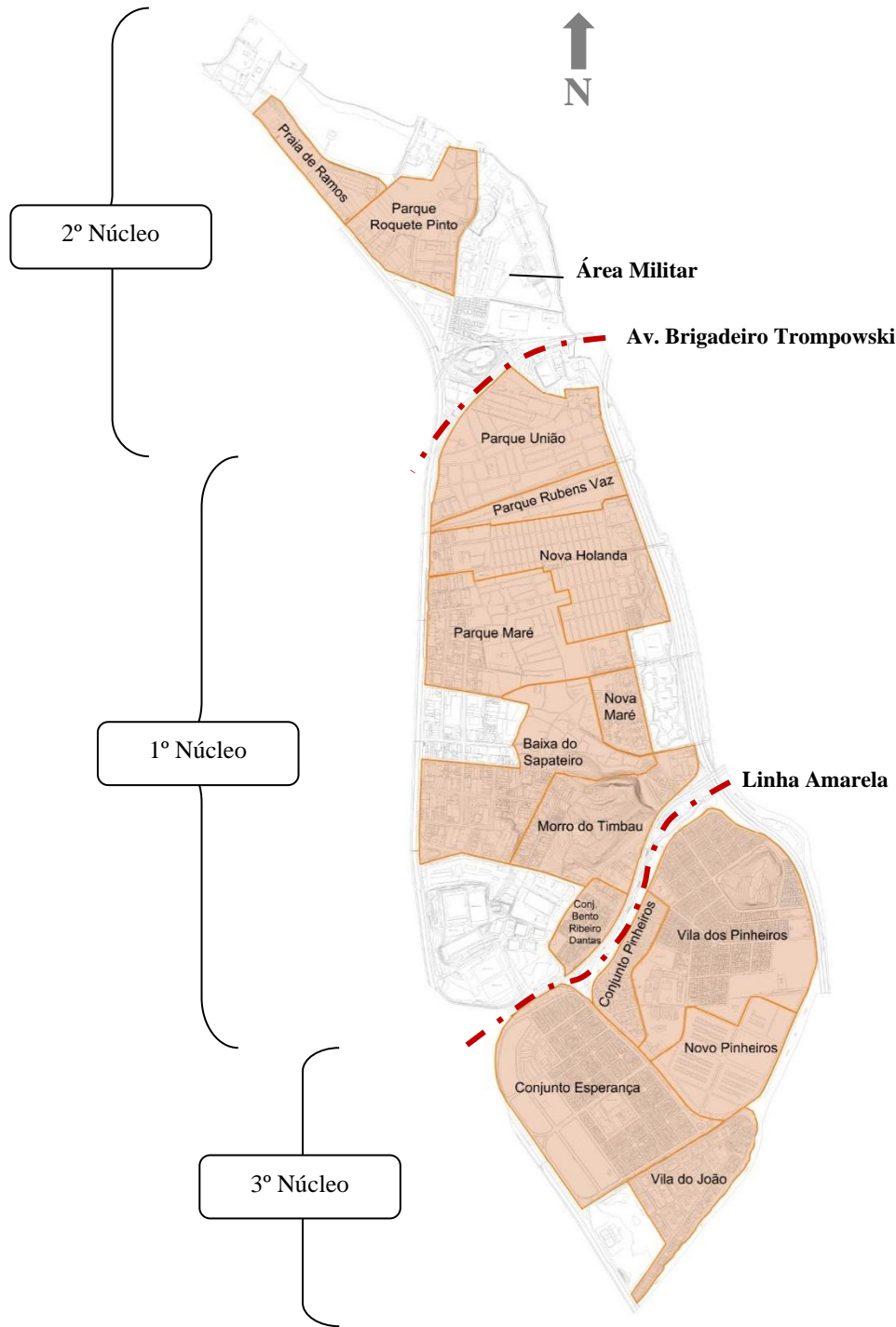


Figura 12. Mapa de distribuição espacial das comunidades (fonte: elaborada pelos autores).

O primeiro Núcleo mostrado no mapa de distribuição espacial (Figura 12) indica o local de surgimento do Complexo da Maré com a implantação das quatro primeiras comunidades (Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré e Parque Rubens Vaz). Esse primeiro núcleo também concentra o maior número de comunidades – oito

(Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Parque Rubens Vaz, Parque União, Nova Holanda, Conjunto Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré) e também quatro das maiores, tanto em número de domicílios, quanto em número de população, segundo o Censo Maré 2019 (Parque União,

Nova Holanda, Parque Maré, Baixa do Sapateiro).

Como já apontado no seu processo de evolução urbana, este núcleo é o mais diversificado de todos. Ele apresenta diversidade na forma das comunidades: aquelas com traçado orgânico marcante e outras, com malha reticulada ou quadra aberta. Outro ponto que ajuda a compreender a diversidade formal é o seu próprio processo de formação, uma vez que nele se encontram tanto comunidades que tiveram seu surgimento a partir de movimentos civis espontâneos ou de ações governamentais.

O segundo Núcleo (Figura 12) é composto por duas comunidades - Parque Roquete Pinto e Praia de Ramos. Além da Avenida Brigadeiro Trompowski separando este núcleo do primeiro, existe uma área militar que separa a comunidade Parque Roquete Pinto da comunidade Parque União. Estas duas comunidades estão entre as oito mais antigas, como mostrado no mapa de composição do Complexo da Maré (Figura 11).

Já o terceiro Núcleo é composto por comunidades que surgiram 20 anos depois das comunidades que foram implantadas nos anos 1960. Estas somam um total de 5 comunidades (Conjunto Esperança, Vila do João, Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiro e Novo Pinheiros). Todas elas surgiram como fruto de ações governamentais na forma de conjuntos habitacionais que sofreram modificações, mas que ainda mantêm, ao menos parcialmente, sua essência original. Neste núcleo há predominância do traçado viário planejado e de habitações multifamiliares, que variam de 2 até 5 pavimentos, tendo as mais baixas sofrido modificações por acréscimos tanto horizontais quanto verticais.

Com esta análise territorial foi possível observar que existem 2 grandes núcleos (Núcleo 01 e 03) com características distintas. O primeiro tem como destaque a diversidade abordada aqui e o segundo tem como característica a homogeneidade no seu processo de formação.

Comunidades do Complexo da Maré atualmente

As imagens das Figuras 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12 e 13 ilustram o processo de surgimento,

evolução, consolidação e configuração geral do Complexo da Maré, apontando aspectos morfológicos gerais de cada comunidade e características do complexo como um todo. A Figura 13 apresenta a configuração atual de cada comunidade, de modo a facilitar a compreensão territorial e formal de cada uma delas atualmente.

Pela Figura 13 é possível observar que o Morro do Timbau (01), por ter se originado na base de um morro e se expandido nele, apresenta vias sinuosas para se adaptar ao relevo local. Na comunidade Baixa do Sapateiro (02), a área ocupada por habitações tem um traçado irregular e sinuoso, formando blocos de construções em algumas regiões. Essa mesma característica é encontrada na comunidade Roquete Pinto (05), que possui uma via ampla com pequenas vias saindo dela.

A comunidade Parque Maré (03) também tem um traçado irregular, mas com menos sinuosidade. Em relação à comunidade Parque Rubens Vaz (04), ela se caracteriza por extensas vias que se iniciam próximas e se afastam em um movimento radial. Nessa comunidade, há poucos caminhos transversais. O Parque União (06) é o mais diversificado em termos morfológicos, pois apresenta vias extensas, com algumas curvas, que atravessam a comunidade de uma ponta a outra. Além disso, possui pequenas vias transversais que formam pequenas quadras e, por fim, um trecho com vias estreitas e em diagonal.

A comunidade Nova Holanda (07) que foi implantada pela administração pública já apresenta uma malha reticulada com vias principais e secundárias, configurando pequenas quadras. Apesar da Comunidade Praia de Ramos ter sido implantada na mesma época e com a mesma função da Nova Holanda (Centro de Habitação Provisória) ela não apresenta suas vias tão ordenadas quanto aquelas da comunidade Nova Holanda. Nota-se que mesmo no caso da Nova Holanda (07) o contorno da região não se apresenta restrito à implantação definida pela administração pública, pois ela se expandiu para além do entorno reticulado, agregando regiões vizinhas em um desenho que poderia sugerir relações de pertencimento.
















Comunidades atualmente		
01 - Morro do Timbau 	02 - Baixa do Sapateiro 	03 - Parque Maré 
04 - Parque Rubens Vaz 	05 - Parque Roquete Pinto 	06 - Parque União 
07 - Nova Holanda 	08 - Praia de Ramos 	09 - Conjunto Esperança 
10 - Vila do João 	11 - Vila dos Pinheiros 	12 - Conj. Pinheiros 
13 - Conj. Bento R. Dantas 	14 - Nova Maré 	15 - Conj. Novo Pinheiros 

Figura 13. Configuração atual das comunidades que compõem o Complexo da Maré (fonte: adaptado de Google Earth, 2021).

O conjunto Esperança (09), Vila do João (10), Vila dos pinheiros (11), Conjunto Pinheiros (12) e Novo Pinheiros (15) seguem a mesma lógica da Comunidade Nova Holanda (vias principais e vias secundárias) apresentando um traçado mais ordenado, porém o Conjunto Esperança e o Conjunto Pinheiros se diferem um pouco das demais comunidades. Essas duas tem um nível de ocupação do solo menor, uma vez que nelas foram erguidos edifícios multifamiliares de 5 pavimentos, fato que dificultou o surgimento de novas habitações por autoconstrução no nível do solo.

As comunidades Bento Ribeiro Dantas (13) e Nova Maré (14) apresentam o modelo de quadra aberta. Nestas comunidades duas vias principais são responsáveis pela configuração geral e pequenas vias de pedestres garantem a circulação entre as habitações. É interessante observar que as comunidades de Bento Ribeiro Dantas (13), Nova Maré (14) e Novo Pinheiros (15) apesar de apresentarem uma marcação de quadra com eixos principais e eixos secundários, possuem miolos de quadra densamente ocupados.

Conclusão

Observando através dos mapas com a evolução histórica das comunidades que compõem o Complexo de Favelas da Maré, ou Bairro Maré, é possível observar que as diversas formas urbanas geradas são fruto dos processos diferenciados de ocupação, que variam do espontâneo ao planejado, do irregular ao regular, do informal ao formal, havendo comunidades com lotes e outras com quadras abertas, e da ação dos diferentes atores da sociedade envolvidos nestes movimentos humanos.

Dois processos podem ser apontados como norteadores da implantação da região. O primeiro deles foi o de ocupação espontânea, realizado por grupos de indivíduos movidos por questões sociais e econômicas que, a sua maneira, passaram a ocupar aquela região, dando a ela características morfológicas específicas como traçado irregular, traçado orgânico, vias e caminhos estreitos. O segundo processo foi fruto de ações governamentais, movido por questões políticas e sociais. Nesse processo o próprio Estado passou a intervir na região através de ações de ocupação e ordenação do território,

conferindo às regiões ocupadas aspectos morfológicos diferentes daqueles produzidos pelos primeiros agentes que ali chegaram.

A partir do conhecimento de sua história é possível constatar que o Complexo da Maré, ao contrário de outras favelas cariocas, não nasceu a partir da resistência das pessoas em permanecer próximas ao seu local de trabalho. A Maré nasceu da expectativa de postos de trabalho que iriam surgir em uma área de expansão industrial. O poder público acabou incorporando o Complexo de Favelas da Maré e promovendo intervenções para sua melhoria e expansão, como por exemplo a criação de aterros e a implantação de conjuntos habitacionais.

Dado o caráter dinâmico da região, com constantes transformações, esta pesquisa pretende avançar na investigação e análise de outros aspectos, como densidade construída, densidade populacional, estudos de verticalização e o quantitativo de domicílios por comunidades. Além disso, a densidade populacional também será considerada. Todos esses elementos serão analisados de maneira interconectada com o objetivo de avaliar a qualidade ambiental das comunidades, identificando aquelas que enfrentam situações críticas. A partir dessas análises, serão propostos estudos para implementação de melhorias ambientalmente sustentáveis em cada uma delas, visando aprimorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Referências

Abreu, M. de A. (1997) *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. IplanRio, Rio de Janeiro.

Aponte Motta, J. (2018) “La formalidad de la informalidad en la urbanización de las ciudades fronterizas de Leticia (Colombia) y Tabatinga (Brasil) en torno del límite internacional” *Mundo Amazónico* 9(2), 11-36.

Cardoso, A. L. (2003) “Irregularidade urbanística: questionando algumas hipóteses” *Cadernos Metrópole*. 10, 9-25. <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9197/6812>

Redes da Maré (2019) *Censo Populacional da Maré*. Redes da Maré, Rio de Janeiro.

O Globo. Raio-x da expansão das favelas do Rio. Recuperado em 04 de maio de 2023, de

<https://infograficos.oglobo.globo.com/rio/raio-x-da-expansao-das-favelas-do-rio.html>

Gonçalves, R. S. (2013) *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Pallas, Rio de Janeiro.

Guimarães, A. P. (1953) *As favelas do Distrito Federal e o Censo de 1950*. Rio de Janeiro: IBGE.

Maricato, E. (1996) *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. Hucitec, São Paulo.

Maricato, E. (2000a) “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”, em Arantes, O., Vainer, C., Maricato, E. (ed.) *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Vozes, Petrópolis, 155-162.

Maricato, E. (2000b) “Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras” *São Paulo em Perspectiva* 14(4), 21-33.

Maricato, E. (1995) “Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência” (Hucitec, São Paulo). www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf

Maricato, E. (2017) “Por um novo projeto para as cidades brasileiras — outras palavras” Entrevista a Antônio M., <http://www.coha.org/overcoming-deep-inequality-in-brazilian-cities-an-interview-with-erminia-maricato>

Moretti, J. A. (2013) “Áreas de risco ocupadas por assentamentos informais: conflito entre enfrentamento de riscos ambientais e

afirmação do direito à moradia”, *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico* 50, 37-45.

Moudon, A. V. (1997) “Urban morphology as an emerging interdisciplinary field” *Urban Morphology* 1, 3-10.

Moudon, A. V. (2015) “Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente”, *Revista de Morfologia Urbana* 3(1), 41-49.

Oliveira, F. de. (2006) “O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil”, *Novos Estudos* 74, 67-85, <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf>, DOI: 10.1590/s0101-33002006000100005.

Pasternak, S. e D’ottaviano, C. (2016) “Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010”, *Caderno Metrópolis* 18(35), 75-99.

Páez Trujillo, D. D. (2017) “Evolución geohistórica de la morfología urbana de Ambalema, Tolima, Colombia”, *Perspectiva Geográfica* 22(2), 137-158.

Rego, R. L. e Meneguetti, K. S. (2011) “A respeito de morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade”, *Acta Scientiarum. Technology* 2, 123-127.

Sancho Mir, M., Agustín Hernández, L. e Lopis Verdú, J. (2017) “Análisis y generación de cartografías historiográficas em el estudio de la evolución de la forma urbana: El caso de la Cuidade de Teruel”, *EGA Expresión Gráfica Arquitectónica* 22, 180-189.

Tradução do título, resumo e palavras-chave

Mapping the urban evolution process of Complexo da Maré, Rio de Janeiro

Abstract. *Complexo da Maré, located in the city of Rio de Janeiro, occupies a narrow strip of land limited by two important highways, Avenida Brasil and Linha Vermelha. Morro do Timbau, its first community, received its first constructions around 1940. Stilt houses can be seen as the primary housing system in the region, given the possibility of “creating land” in a scenario of scarcity of space for new buildings. housing. The current territorial configuration incorporates successive and systematic landfilling processes. The grounding in the stilt areas, which was initially carried out by residents, was later carried out by the intervention of public authorities. This process promoted the narrowing of the arm of the sea that separated Fundão Island from the mainland. This work presents the mapping of urban evolution from the point of view of its urban form, thus involving the complexity of actions and actors that resulted in the current scenario. All the dynamism in its evolution process meant that the 15 communities that today make up Complexo da Maré have territorial characteristics that are distinct from each other, showing a diversity and richness of spatial configurations within the same territorial extension.*

Keywords: Slum, Mare Complex, Urban evolution, Urban Morphology

Editor responsável pela submissão: Renato Leão Rego.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

